

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, OS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A HISTÓRIA



Neste volume da Revista Mosaico trazemos com alegria o dossiê Congadas: Memória e Tradição Afro-Brasileira, organizado por Rosinalda Correa da Silva Simoni. A polissemia de manifestações culturais africanas no contexto diaspórico e contemporâneo ainda é pouco explorada pelo campo histórico. Os estudos históricos e historiográficos sobre as relações étnico-raciais no Brasil, a partir da diáspora negra, focavam os processos da formação nacional, a partir da lógica da miscigenação e do sincretismo, sem, no entanto, lançar luz sobre as especificidades e particularidades da cultura africana e afrodescendente para essa formação, bem como para os processos de resistência cultural. Paradigmaticamente, essa questão não estava posta para os primeiros estudiosos das relações étnico-raciais brasileiras, que percebiam uma horizontalidade nessas relações, ao privilegiarem seus lugares de fala enquanto sujeitos brancos, em sua maioria, homens.

Os primeiros estudos se resumiam a esquemas-lógico-classificatórios do outro, com o intuito de gerar, tanto explicações sobre as diferenças, quanto soluções práticas para as relações que teriam que ser travadas a partir delas. O conceito de “raça” se destaca nesse momento, a partir de uma interpretação reducionista das teorias evolucionistas. As análises focavam os múltiplos processos de “aculturação”, e, em âmbito político, a diáspora negra foi gerida, declaradamente, para impedir a formação e continuidade de uma cultura africana no Brasil, considerada inferior e não desejável. Assim que desembarcavam, os africanos escravizados eram vendidos, separados de seus conterrâneos e familiares, e passavam a viver sob uma controlada rotina de proibições, censuras e violências. Qualquer manifestação cultural nativa era violentamente coibida, inclusive o uso da língua materna, vestimentas, pinturas, cantorias, expressões religiosas, entre outros.

Na transição do século XIX para o XX, gradativamente, a noção de cultura veio a substituir a de “raça” e clima, baseando-se no pressuposto de que a vida humana e a sociedade política não são determinadas, de uma maneira forte, por nada além da própria vida social. E, desse modo, o processo civilizador eurocêntrico decreta o fim à cultura, à diferença, às identidades. A diversidade cultural perduraria apenas pela possibilidade de isolamento. Os estudos afro-brasileiros historicamente mudam de uma perspectiva folclorista, desenvolvidas no contexto colonial a partir da visão de estrangeiros como Debret, Maria Granam, Rugendas, Kosier, Kidder, para uma que visualizava o negro como parte processual de uma essência étnica brasileira sem, no entanto, ressaltar a importância ou a contribuição de suas especificidades para a cultura nacional, como nas perspectivas de Sylvio Romero, de Euclides da Cunha, de Alberto Torres e de Oliveira Viana.

Ainda na primeira metade do século XX, autores como Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, promoveram um movimento de atenção aos chamados estudos afro-brasileiros, o foco estava na origem e nas continuidades culturais do negro, vistas de forma estática, promovendo



uma essencialização das particularidades desse grupo para a composição nacional. Algumas dessas perspectivas reificavam declaradamente concepções racistas de valorização do embranquecimento e preocupações quanto ao futuro da nação fundada por uma mistura de “raças”, enquanto outras reforçavam percepções culturalistas da tradição e contribuição africana, ou ainda valorizavam a miscigenação enquanto marca estrutural da formação brasileira.

Esse programa de estudos afro-brasileiros, amparados pelo ideal de paraíso racial já presentes no Brasil colônia, criou possibilidades para que o projeto antirracista da Unesco, ainda sob o impacto do genocídio nazista, da persistência do racismo, do processo de descolonização africano e asiático, e dos primeiros passos da Guerra Fria, tomasse o Brasil como um laboratório que atestaria cientificamente uma sociedade sem raças, como um contraponto positivo, em perspectiva comparada, às experiências do racismo nos EUA e na África do Sul. Uma rede transnacional de intelectuais se debruçaram sobre o tema: Charles Wagley, Roger Bastide, Virginia Leone Bicudo, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Aniela Ginsberg, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Edson Carneiro, Marvin Harris, Donald Pierson entre outros.

O conceito de aculturação se consolida como referencial capaz de propor uma compreensão das mudanças culturais, assim como os conceitos de miscigenação, sincretismo, simbiose e democracia racial (no Brasil), na medida em que davam conta dos processos de integração, assimilação, adaptação e desaparecimento dos grupos minoritários, em meio a perdas do “suporte cultural” ancestral africano, que seria responsável na versão culturalista pela manutenção da unidade grupal entre os negros.

Nesse mesmo contexto Guerreiro Ramos, emerge com a convicção de que a ação política contra o racismo só se faria mediante uma ciência engajada que promovesse práticas psicossociais de elevação da autoestima, se tornou um veemente crítico dos estudos afro-brasileiros desencadeados pelo projeto da Unesco, que focavam o passado, o atraso, sem compromissos com as mudanças sociais. Além disso, suas críticas estavam pautadas também no fato de que tais estudos predominantemente eram feitos por brancos, com exceção, talvez, de Edson Carneiro, sobre a situação dos negros-mestiços, o que promovia distorções de análises sobre o que ele chamava de “o problema dos negros brasileiros”. Sua denúncia passava pela constatação de que a academia romantizava um “negro-tema”, visto como exótico e espetáculo, enquanto, o “negro vida”, em sua realidade efetiva, assumia o seu destino, fazia “a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira”.

Esse autor antecipa uma agenda de estudos definida pelo paradigma pós-colonial e decolonial que se deflagraria mundialmente apenas a partir da década de 1980. No entanto, a “política do esquecimento”, enquanto “mecanismo pelo qual apagamos da memória das novas gerações a contribuição acadêmica de autores negros”, denunciada por Grosfoguel e Figueiredo (2007), relegou ao esquecimento a contribuição desse autor e de outros negros e negras como: Manoel Querino, André Rebouças, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Joel Rufino, entre outros.

A proposta desse dossiê temático é justamente resgatar parte da proposta de Guerreiro Ramos e apresentar algumas realidades históricas e contemporâneas em que o(a) “negro-vida”, em sua realidade efetiva, assume o seu destino e constrói significações, a partir (e apesar) do contexto e das instituições aos quais está inserido. A negritude e a africanidade, para além do essencialismo culturalista, é enfatizada nos artigos aqui apresentados, de modo a “interromper discursos que excluem”, ao mesmo tempo revelando deslizos e contradições internos da “negritude/africanidade”, de forma a garantir que o significante “negritude/africanidade” seja reapropriado pelo próprio esforço de criticar seu uso. Essa é uma postura extremamente condizente com a lógica de muitos teóricos pós-coloniais, como a própria Spivak (1999), que indica que para se “evitar as armadilhas do determinismo histórico” ou da “imutabilidade estereotipada” é possível “usar o essencialismo de forma prudente e conscienciosa”, no que ela chama de “essencialismo estratégico”, “um uso estratégico do essencialismo positivista com um interesse político escrupulosamente manifesto”.

Esse dossiê reforça, portanto, a proposta da revista Mosaico em promover um espaço de debate onde categorias naturalizadas, como o sincretismo, por exemplo, possam ser desnaturalizadas, a fim de gerar uma reflexão sobre as relações de poder hierarquicamente construídas e sobre os “regimes de representação” que orientam os processos de significação e subjetivação de forma prática e eficaz,



construídos a partir de uma fronteira de alteridade, que reifica as assimetrias no fazer história. O lugar marginalizado dos festejos e demais manifestações populares afro-brasileiros, enquanto objetos de incursão historiográficas é um reflexo dessa realidade.

Ao expor essas fronteiras, a partir das congadas, o dossiê, aqui apresentado, possibilita perceber que o próprio sincretismo está estruturado por valores, acionados a partir das relações entre os elementos ancestrais (tradição africana) e os novos (cristianismo e capitalismo), ao invés de simplesmente assumir que os elementos ancestrais (matriz africana) são sempre mais fundamentais. Se tal sincretismo passa a ser ordenado a partir dos “novos” valores, mais do que os elementos ancestrais que continuam em voga, isso não indica necessariamente o desejo de manutenção da tradição e valores das religiões africanas (ancestrais), o que configuraria as manifestações do catolicismo afro-brasileiro em religiões de matriz africana, ou como manifestações de uma cripto-religião¹ como quer muitos pós-coloniais. Mas, poderia indicar, que as ideias e práticas tradicionais das manifestações culturais de herança africana que não conflitam com valores maiores do cristianismo, e da lógica capitalista racista e de classes, foram, de alguma forma, elaborados de uma maneira que não desafiem aqueles de maior valor.

O fato é que há um terreno vasto, carente de avaliação histórica, que vise perceber os choques e os encontros étnicos e culturais, tanto a partir da ótica da imposição de valores, nada recíprocos, por parte dos brancos e de suas instituições; também em como a integração dos elementos da cultura dominante é submetido à própria forma de pensamento e ação dos grupos subalternizados; quanto a partir da capacidade da cultura e etnia subalternizada em integrar elementos tradicionais (mesmo os “inventados”) e ancestrais à cultura inclusiva e opressora.

Nesse volume trazemos também quatro artigos livres e duas resenhas de livros:

O artigo intitulado CENAS DE ATELIÊ: O AMBIENTE DE OFÍCIO REPRESENTADO PELOS PINCÊIS DE OSCAR PEREIRA DA SILVA, de autoria de Paula Nathaiane de Jesus da Silva. A proposta do artigo é perspectivar por meio de uma análise iconoclástica das obras que retratam seu ateliê, enquanto ambiente privado de atuação profissional, a construção de subjetividade e identidade de Oscar Pereira da Silva. O artigo intitulado RELAÇÕES DE PODER E TENSÃO NO TOMBAMENTO DA JAQUEIRA EM PERNAMBUCO, de Rozeane Porto Diniz, discute as relações de poder discursivas, enquanto dispositivo histórico de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre a representação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. No artigo intitulado CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS (CTN): REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DA CULTURA NORDESTINA EM DOURADOS-MS, de Clecita Maria Moises, é discutida a política de resgate das tradições consideradas representativas do Nordeste no contexto de Mato Grosso do Sul, a fim de perceber a dinâmica das “tradições inventadas”. Por fim, o artigo de Sérgio Aguiar Montalvão, intitulado OS SEMITAS NAS TERRAS DOS EGÍPCIOS – UMA SÍNTESE DE SUAS RELAÇÕES DA 12ª À 20ª DINASTIA, faz uma incursão na história antiga egípcia, a fim de perceber os encontros culturais e religiosos promovidos a partir de distintos surtos migratórios a partir da décima segunda dinastia até a queda do Novo Império com o Faraó Ramsés VI.

Raimundo Carvalho Moura Filho é o autor da resenha do livro organizado pelas professoras Renata Nascimento, Susani França e Marcelo Lima, intitulado *Peregrinos e peregrinação na Idade Média*, publicado pela Editora Vozes em 2017. E Samuel Tolentino da Silva é o autor da resenha do livro *Batalhas medievais: as 20 mais importantes batalhas da Europa e do Oriente, 1000 d.C.-1500 d.C.*, organizado por Kelly Robert Devries, Martin Dougherty, Iain Dickie, Phyllis G. Justice e Christer Jorgensen, publicado pela M Books do Brasil, em 2017.

Boa Leitura!

Thais Alves Marinho
Editora da Revista Mosaico

1 Sobre esse assunto ver: ROBBINS, Joel. Crypto-religion and the study of cultural mixtures: anthropology, value, and the nature of syncretism. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 79, n. 2, p. 408-424. 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23020432>. Acesso em 23 jan. 2017. [Links]



Referências

FIGUEIREDO, Angela; GROSGUÉL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 36-41, jun. 2007. Recebido em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2019.

GUERREIRO RAMOS, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1995. p. 215.

HALL, Stuart. *Modernity: introduction to the modern societies*. Oxford: Blackwell, 1996.

LOWE, Lisa. *Critical Terrains: French and British Orientalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press, 1999. p. 214.

